



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 12, Issue, 03, pp. 54832-54835, March, 2022

<https://doi.org/10.37118/ijdr.24208.03.2022>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

O CUIDADO COLABORATIVO À MULHER TRANSEXUAL NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Wesley Ribeiro de Moraes^{1,*}, Michelle Araújo Moreira², Patrícia Figueiredo Marques³, Cassandra Santos da Cunha⁴, Aimée Giovanna da Silva Silva⁵, Alynny Leal Santos⁶, William Vieira Fernandes⁷ and Sales Silva Nascimento⁸

¹Assistente social. Especialista Residente em Saúde da Família pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Especialista em Gestão das Políticas Sociais e em Docência no Ensino Superior pela Faculdade de Educação São Luís (FESL), Itabuna, Bahia, Brasil. ²Enfermeira, Mestre, Doutora e Pós-doutora em Enfermagem pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia - EEUFBA. Professora Titular do Departamento de Ciências da Saúde-UESC, Ilhéus, Bahia, Brasil. ³Enfermeira, Mestre e Doutora em Enfermagem pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia - EEUFBA. Professora Adjunta do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil. ⁴Enfermeira. Especialista Residente em Saúde da Família pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Amargosa, Bahia, Brasil. ⁵Odontóloga. Especialista Residente em Saúde da Família pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Porto Seguro, Bahia, Brasil. ⁶Enfermeira. Especialista Residente em Saúde da Família pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Simão Dias, Sergipe, Brasil. ⁷Psicólogo. Especialista Residente em Saúde da Família pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Itabuna, Bahia, Brasil. ⁸Médico. Mestre em Saúde da Família pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Itabuna, Bahia, Brasil

ARTICLE INFO

Article History:

Received 07th January, 2022

Received in revised form

18th January, 2022

Accepted 09th February, 2022

Published online 28th March, 2022

Key Words:

Pessoas Transgênero. Assistência Integral à Saúde. Atenção Primária à Saúde. Estratégia Saúde da Família.

*Corresponding author:

Wesley Ribeiro de Moraes

ABSTRACT

Objetivo: Relatar a experiência sobre o processo de cuidado colaborativo à uma mulher transexual na Estratégia de Saúde da Família. **Materiais e Métodos:** Trata-se de estudo qualitativo, descritivo, do tipo relato de experiência, tendo como locus uma Unidade de Saúde da Família do sul da Bahia, a qual recebe um Programa de Residência, realizado entre abril a setembro de 2021. **Resultados:** A mulher transexual foi assistida por uma equipe multiprofissional composta por agente comunitário de saúde, assistente social, psicólogo, enfermeira e médico, foram realizadas consultas compartilhadas e atendimentos individualizados, ofertaram-se cuidados como escuta qualificada, orientações, prescrições e encaminhamentos. A experiência sensibilizou os(as) residentes a se qualificaram por meio de curso online sobre saúde da população LGBTQIAP+, e com isso realizaram capacitação dos(das) trabalhadores(as) da unidade por meio de atividade de Educação Permanente em Saúde. **Conclusão:** O cuidado ofertado à mulher transexual se deu na perspectiva da integralidade do cuidado, livre de preconceitos, considerando as necessidades da usuária e garantindo o acesso aos serviços do Sistema Único de Saúde. A educação permanente contribuiu para qualificar os(as) profissionais, levando-os(as) a repensarem sobre o seu fazer profissional, bem como esclarecer dúvidas sobre a temática.

Copyright © 2022, Wesley Ribeiro de Moraes et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Wesley Ribeiro de Moraes, Michelle Araújo Moreira, Patrícia Figueiredo Marques, Cassandra Santos da Cunha et al. "O cuidado colaborativo à mulher transexual na estratégia de saúde da família: um relato de experiência", *International Journal of Development Research*, 12, (03), 54832-54835.

INTRODUCTION

Mulheres transexuais possuem identidade de gênero diferente do sexo designado ao nascimento, independente de tratamentos médicos como terapia hormonal e cirurgia de redesignação sexual.

São pessoas que se sentem e se compreendem como sendo do gênero feminino, embora tenham nascido com o sexo biológico masculino (REIS, 2021). Evidencia-se que, essas pessoas são marcadas pela invisibilidade, exclusão e discriminação no acesso à saúde, pois a inexperiência dos(das) profissionais dos serviços no cuidado à saúde da população transexual aliada à ausência de educação permanente

sobre a temática, constituem barreiras ao cuidado adequado às necessidades dessa população (BRASIL, 2018). Para superar tais dificuldades e garantir uma assistência qualificada ao público transexual, o Ministério da Saúde, instituiu em 2008, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT), que preconiza o cuidado integral e humanizado às mulheres trans no Sistema Único de Saúde (SUS), tanto na Atenção Primária à Saúde (APS), como nos serviços especializados (BRASIL, 2013). Além disso, nota-se que o cenário da APS, por meio da Estratégia de Saúde da Família (ESF), caracteriza-se como porta de entrada da rede de atenção à saúde (RAS), coordenadora do cuidado integral, longitudinal e multidisciplinar, assumindo responsabilidade sobre o território atendido. No que se refere às mulheres trans, à APS cabem as mesmas atribuições, devendo cuidar a partir das condições de vida das usuárias e reconhecer a autodeterminação da identidade de gênero e do nome social (BRASIL, 2017). Desse modo, novas formas de organização do trabalho e articulação entre os profissionais contribuem para reorientar e qualificar a atenção à saúde. Com isso, a colaboração multiprofissional em saúde se apresenta como forte estratégia para ampliar a efetividade e resolutividade das práticas de cuidado às mulheres transexuais com foco nas suas necessidades, constituindo o cuidado colaborativo (MULVALE; EMBRETT; RAZAVI, 2016). Nessa linha de pensamento, surgiu a seguinte questão norteadora: Como se dá o cuidado colaborativo à mulher transexual na ESF?

Assim, este estudo teve como objetivo: relatar a experiência sobre o processo de cuidado colaborativo à uma mulher transexual na ESF.

Por fim, a relevância social e científica do estudo reside em desvelar o cuidado colaborativo à mulher transexual na ESF e possibilitar que as equipes multiprofissionais em saúde e gestores possam desenvolver estratégias que contribuam para a atenção integral a este público, livre de preconceitos e julgamentos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo, do tipo relato de experiência. A abordagem qualitativa busca compreender intrinsecamente o seu objeto de análise tendo como prioridade o universo de valores, percepções, hábitos e atitudes dos sujeitos (MINAYO, 2016). A pesquisa descritiva é uma análise em profundidade que visa descrever, classificar e interpretar o objeto estudado (GIL, 2017). Por sua vez, o relato de experiência é uma ferramenta da pesquisa descritiva, que tem como objetivo descrever uma dada experiência a fim de contribuir de forma relevante. Descreve uma vivência profissional tida como exitosa ou não, mas que contribua com a discussão, a troca e a proposição de ideias para a melhoria do cuidado na saúde (DALTRO; DE FARIA, 2019). O locus do estudo foi uma Unidade de Saúde da Família (USF), localizada em um município do sul da Bahia. A USF possui cerca de 7.300 usuários(as) cadastrados(as) no e-SUS, contando com duas equipes de ESF, sendo que cada uma destas conta com um médico(a), uma enfermeira(o), um(a) técnico(a) em enfermagem e seis a sete agentes comunitários de saúde. Além disso, possui uma equipe de saúde bucal, composta por um cirurgião dentista e uma auxiliar de saúde bucal, quatro agentes de endemias, dois recepcionistas, um atendente de regulação, uma auxiliar de farmácia, um gerente e uma auxiliar de serviços gerais. A USF conta também com assistente social, psicólogo, duas enfermeiras, cirurgiã dentista e fisioterapeuta residentes do curso de especialização em Residência Multiprofissional em Saúde da Família (PRMSF), da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), que ocorre em parceria com as Secretarias Municipal e Estadual de Saúde. Destaca-se que, neste relato serão apresentadas e discutidas as observações atinentes aos(as) profissionais residentes, trabalhadores(as) da ESF e da USF e de uma mulher transexual que frequentou a unidade de saúde entre abril e setembro de 2021. Os dados foram coletados sob a técnica da observação participante, que de acordo com Minayo (2016), se dá por meio da presença do observador numa situação social, buscando a compreensão da realidade empírica. Nesse aspecto, a observação se deu por meio da participação real do pesquisador, de forma natural, utilizando-se dos sentidos na obtenção de determinados aspectos da

realidade, ou seja, vendo, ouvindo e refletindo sobre os fatos ou fenômenos sociais para descrevê-los. Para ancorar teoricamente essa experiência, processou-se ao levantamento de obras, artigos científicos e documentos eletrônicos. Ressalta-se que, foram preservados todos os dados de identificação da usuária assistida, profissionais do serviço e local do estudo.

RESULTADOS

O cuidado colaborativo à mulher transexual na ESF se iniciou pela assistência da equipe multiprofissional à usuária, realizada por meio do acolhimento, escuta atenta, discussão de caso, consultas individuais e compartilhadas, visitas domiciliares, dentre outras estratégias de atenção integral à saúde. Sendo assim, o primeiro contato da equipe com a usuária se deu por meio de escuta inicial realizada pelo Assistente Social, o que levou o caso a ser discutido com a equipe multiprofissional (Agente Comunitário de Saúde, Psicólogo, Enfermeira, Técnica de enfermagem e Médico), além dos trabalhadores da recepção e regulação da USF, tendo como objetivo contextualizar a equipe acerca das demandas apresentadas pela mulher e traçar estratégias de cuidado colaborativo. Identificou-se, pelo assistente social, que a usuária não havia sido cadastrada na USF com seu nome social, assim como nos formulários e documentos utilizados pela equipe: envelope de identificação e cabeçalho do prontuário e Cartão Nacional de Saúde (CNS). Assim, o cuidado se deu por meio de orientação social e encaminhamentos, momento em que foi esclarecido o direito à inclusão do nome social e a alteração do nome civil e marcador de gênero na certidão de nascimento. Percebeu-se que, a usuária conhecia os seus direitos, mas ainda utilizava seus documentos com o nome masculino, o que ocasionava frequente constrangimento nos serviços de saúde em que era assistida. Para minimizar tal problemática, a usuária foi orientada sobre os procedimentos necessários para inclusão do nome social em seus documentos ou alteração do nome e marcador de gênero no registro civil e demais documentos pessoais.

Nesse sentido, a recepcionista foi orientada a perguntar como a usuária gostaria de ser designada e cadastrar sua identidade de gênero em envelopes, fichas e prontuários de atendimento, permitindo humanização no processo do cuidar. Além disso, com vistas à garantia e exercício desse direito, a usuária foi encaminhada para o setor responsável pelo Cartão SUS na USF, a fim de realizar a inclusão e impressão do cartão com o nome social. Verificou-se que o profissional responsável pela regulação da USF e atualização de dados cadastrais no Cadastro Nacional de Usuários do SUS (CadSUS) até então não havia realizado a inclusão de nome social no Cartão SUS de uma pessoa transexual na unidade, sendo aquela a primeira usuária a buscar o serviço. Apesar disso, o profissional conhecia o processo de inclusão do nome social e reconheceu o direito da usuária sem objeção. Posteriormente, a usuária compareceu a USF para incluir o seu nome social no Cartão SUS e realizou a impressão do mesmo. Percebeu-se ainda que, a agente comunitária de saúde (ACS), principal elo de ligação entre a mulher transexual e a unidade, desconhecia o direito ao uso do nome social no cadastro e nos documentos, além do desconhecimento do campo “nome social” no cadastro e-SUS, sendo necessário capacitação de maneira a aproximar a ACS da realidade da usuária e auxiliar na tomada de decisões enquanto membro da equipe. Durante a experiência, evidenciou-se que a ACS se envolveu com o cuidado colaborativo, especialmente no agendamento das consultas, atualização do cadastro, visitas domiciliares mais frequentes com ampliação para a dimensão familiar da mulher transexual. Além dos profissionais citados, percebeu-se a abordagem realizada por psicólogo, enfermeira e assistente social durante a consulta compartilhada, na qual o psicólogo acolheu a mulher transexual com uma escuta qualificada, respeitosa e acolhedora, proporcionando um ambiente confortável para expressão de anseios e demandas, elucidou dúvidas sobre as expectativas acerca das transformações corporais, colocando-se à disposição para o acompanhamento psicoterápico individual, com vistas ao cuidado e promoção à saúde mental.

No que tange ainda à consulta compartilhada, o acolhimento ofertado pela enfermeira permitiu à usuária esclarecer dúvidas sobre o uso de hormônios, realizar anamnese e exame físico, bem como elucidações sobre o processo de modificação corpórea, possibilitando a oferta de hormonização com profissional qualificado(a) e posterior consulta individual para seguimento. Em consulta individualizada a enfermeira ofertou cuidados gerais/específicos de saúde, tais como: a realização de testes rápidos para a detecção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), preservando o sigilo e confidencialidade dos resultados, orientações quanto ao uso correto de preservativo, a verificação da situação vacinal com o devido encaminhamento para a sala de vacina. Por fim, encaminhou ao atendimento com o médico de família e comunidade. Com relação ao cuidado prestado pela técnica de enfermagem, este se deu precipuamente com a atualização da situação vacinal, seguindo o esquema de vacinação para pessoas adultas, com destaque para a importância do retorno e o recebimento das doses aprazadas. Destaca-se a utilização do nome social da mulher transexual no cartão de vacinas. Dessa maneira, o processo de cuidado colaborativo à mulher transexual, levou a equipe a buscar mais conhecimentos sobre as necessidades de saúde da população LGBTQIAP+ com o objetivo de proporcionar a este público um atendimento qualificado. Com isso, a equipe participou de um curso online sobre a PNSI LGBT, no mês de abril de 2021, produzido pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e ofertado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em parceria com a Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS). O curso teve como objetivo possibilitar aos profissionais realizarem as suas ações de cuidado, promoção e prevenção com qualidade, de forma equânime e de modo a garantir à população LGBTQIAP+ acesso à saúde integral. Ao final do curso, os profissionais puderam compreender melhor o conceito de gênero e diversidade sexual, o reconhecimento das realidades e especificidades da população LGBTQIAP+, no contexto da saúde e do cuidado. Evidenciou-se que, a capacitação estimulou o acolhimento, o atendimento e o encaminhamento das demandas da referida população, sem discriminação e com respeito, o que favorece a diminuição das dificuldades vividas por este público nos serviços de saúde.

Tendo em vista que os(as) profissionais envolvidos(as) no cuidado desse grupo social são responsáveis em se manterem atualizados em relação às evidências científicas e têm o dever de compartilhar seu conhecimento com os demais membros da equipe, realizou-se a troca de informações entre profissionais, tendo como premissa a construção coletiva de processos de trabalho inclusivos e que respeitem a diversidade sexual e de gênero. Nesse sentido, a equipe realizou uma atividade de Educação Permanente em Saúde (EPS) como estratégia para qualificar os trabalhadores da USF sobre o atendimento à população LGBTQIAP+, com ênfase na população transexual. A EPS foi dividida em três momentos, o primeiro foi conduzido por uma das enfermeiras com a exibição de um documentário produzido pela equipe, que trouxe breve apresentação sobre a PNSI LGBT e depoimentos de profissionais e usuáries(os) do serviço sobre a importância de discutir sobre a saúde da população LGBTQIAP+. No segundo momento, psicólogo e assistente social abordaram conceitos como orientação sexual e identidade de gênero e falaram sobre o uso do nome social no Cartão Nacional de Saúde, fichas e prontuários dos serviços de saúde. Por fim, terceira etapa, enfermeira e cirurgiã-dentista realizaram um quiz sobre os temas abordados durante a atividade, finalizando com uma roda de conversa e a elucidação de dúvidas da equipe.

DISCUSSÃO

O cuidado colaborativo ofertado por equipe multiprofissional em saúde à mulheres transexuais na ESF favorece o acesso, permanência e continuidade da assistência dessas pessoas nos serviços públicos de saúde. Nesse sentido, a integralidade da atenção se dá por meio de práticas colaborativas aliadas a educação permanente em saúde. O acolhimento à mulher transexual exige que os profissionais da saúde possuam uma visão plural de gênero e da sexualidade humana para que sejam evitadas situações de discriminação a este público

(BRASIL, 2013). Para tanto, faz-se necessário o acolhimento humanizado, com respeito ao nome social e à autorreferência de gênero, atendendo ao princípio de integralidade previsto na APS que tanto contribui para o acesso dessas pessoas ao SUS. A colaboração profissional do assistente social se dá, em princípio, em uma perspectiva interdisciplinar e intersetorial, de modo que suas ações incidem no âmbito da construção da proteção social, trabalhando sempre na relação e em relação direta com a equipe multiprofissional e usuária assistida (MIOTO *et al.*, 2012). Nessa perspectiva, ter uma mulher transexual apresentando-se no serviço de saúde com um documento de identidade com nome discordante da sua identidade de gênero, requisita da equipe atenção para evitar situações desagradáveis e desumanização. Sabe-se que, a Portaria MS nº 1820 de 2009, dispõe sobre os direitos e deveres dos(as) usuáries(a) do SUS, dentre os quais está o direito ao uso do nome social, que garante à mulher transexual ser atendida na rede de saúde pública com o nome que escolheu para ser identificada (BRASIL, 2009). O uso do nome social é uma ferramenta que promove o acesso das pessoas transexuais e travestis aos serviços de saúde, de modo a favorecer o acolhimento e estabelecimento de vínculo profissional-paciente, são fatores importantes que contribuem tanto para a permanência do usuário no serviço, como para a aderência aos cuidados em saúde (SILVA *et al.*, 2017). Destaca-se que, é fundamental para a(o) ACS, assim como para todos(os) os profissionais da atenção básica, incorporarem no seu cotidiano de trabalho ações inclusivas e de respeito à diversidade sexual e de gênero, permitindo que a população trans adentre os serviços de saúde com segurança e respeito, tendo suas demandas acolhidas e resolvidas na APS (FERREIRA *et al.*, 2019). Ressalta-se que, as diversas vulnerabilidades às quais mulheres transexuais estão sujeitas são fatores de risco para sofrimentos e adoecimentos mentais, desse modo é importante o agendamento para o psicólogo da USF. Entretanto, o cuidado em saúde mental é atribuição de todos os(as) profissionais de saúde e não algo que deve ser restrito à psicologia e psiquiatria (SÃO PAULO, 2020).

Verifica-se que, no processo de cuidado colaborativo há a intenção de promover, sob a perspectiva da integralidade, o reconhecimento das necessidades da usuária atendida. Nesse interim, visando melhorar a qualidade do atendimento e segurança da usuária, faz-se necessário também o reconhecimento da contribuição por parte de conhecimentos particulares dos profissionais (BRUNER; WAITE; DAVEY, 2011). No atendimento médico, foram elucidadas dúvidas sobre o estado geral de saúde da usuária, com destaque para a investigação sobre o uso dos hormônios e reações adversas, tais como dores abdominais, mastalgia, artralgia, câncer, dentre outros (MAZARO; CARDIN, 2017). Verificou-se pelo médico a necessidade da modificação na terapêutica hormonal para atender as necessidades da mulher transexual, com solicitação de exames e consulta de retorno para continuidade assistencial. A colaboração interprofissional se dá por meio do processo de promoção e otimização da participação ativa das profissões de saúde na tomada de decisão clínica, tendo como foco as demandas da usuária, de modo que se respeitem as contribuições de cada um dos membros da equipe (BRUNER, WAITE; DAVEY, 2011). Demonstrou-se que a EPS foi de extrema relevância para qualificar os profissionais da USF, além de contribuir significativamente para os(as) trabalhadores(as) expressarem suas dúvidas e repensarem sobre novas formas de prestar assistência ao público LGBTQIAP+, visando o cuidado integral. Sabe-se que há ainda muito a ser feito para avançar nessa agenda, pois o Brasil segue sendo o país que mais assassina pessoas trans no mundo (ANTRA, 2020). Assim sendo, destaca-se a importância do cuidado colaborativo prestado pela equipe multiprofissional à mulher transexual como mecanismo inclusivo, resolutivo, humanizado, político e de empoderamento, através das ações individuais, coletivas e compartilhadas.

CONCLUSÃO

O processo de cuidado colaborativo à mulher transexual na ESF envolveu acolhimento livre de preconceitos, com respeito a diversidade sexual e de gênero, escuta atenta, consultas individuais e compartilhadas com diversos saberes e inclusão no âmbito da APS.

Verifica-se a importância da equipe multiprofissional em saúde na garantia do acesso de uma mulher trans aos serviços do SUS, respeitando e garantindo o uso do nome social, com efetiva resolução às suas demandas. Desse modo, atenta-se para a educação permanente e continuada como estratégias importantes para a qualificação da equipe no que tange à diversidade sexual, especialmente as questões que envolvem o público transexual, tão invisibilizado e marginalizado. Sugere-se novos estudos sobre o processo de cuidado colaborativo às mulheres transexuais na ESF, de modo a emergir novas possibilidades de compreensão sobre a temática e o aprimoramento do cuidado e a oferta de serviços de saúde que atendam às reais necessidades de saúde dessa população.

REFERÊNCIAS

- Antra (2021). Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020/Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 136p. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>>.
- Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009. Brasília (DF): MS, 2009, p. 12. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html>.
- Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT. Brasília (DF): MS, 2013. 32p. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf>.
- Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília (DF): MS, 2017. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html>.
- Brasil. Ministério dos Direitos Humanos (Org.). Manual orientador sobre diversidade. Brasília (DF): MDH, 2018. 92 p. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/dezembro/ministerio-lanca-manual-orientador-de-diversidade/copy_of_ManualLGBTDIGITAL.pdf>.
- Bruner, P, Waite, R, Davey, M.P (2011). Provider's Perspectives on collaboration. *Journal of Integrated Care*, v. 11, n. 3, p. 1-11. Disponível em: <<https://www.ijic.org/articles/abstract/10.5334/ijic.588/>>.
- Daltro, M.R, De Faria, A.A (2019). Relato de experiência: uma narrativa científica na pós-modernidade. *Estudos e pesquisas em psicologia*, v. 19, n. 1, p. 223-37. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812019000100013>.
- Ferreira, B.O *et al* (2019). “Não tem essas pessoas especiais na minha área”: saúde e invisibilidade das populações LGBT na perspectiva de agentes comunitários de saúde. *RECIIS - Rev Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, v. 13, n. 3, p. 496-508. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/35810/2/7.pdf>>.
- Gil, A.C (2017). Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 188 p.
- Mazaro, J.L, Cardin, V.S.G (2017). Da precariedade do acesso à saúde, das políticas públicas ineficazes e das técnicas clandestinas de modificação corporal utilizadas pelas travestis e mulheres trans. *Rev Fac Direito UFRGS*, n. 37, p. 146-65. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/revfacdir/article/view/73403/46261>>.
- Minayo, M.C.S (2016). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 80p.
- Mioto, R.C.T *et al* (2012). As residências multiprofissionais em saúde: a experiência da Universidade Federal de Santa Catarina. *Serv Soc Saúde*, v. 11, n. 2, p. 185-208. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8635288>>.
- Mulvale, G, Embrett, M, Razavi, S.D (2016). Gearing Up'to improve interprofessional collaboration in primary care: a systematic review and conceptual framework. *BMC family practice*, v. 17, n. 1, p. 1-13. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4955241/>>.
- Reis, T (2021). Manual de comunicação LGBTI+. Disponível em: <<https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>>.
- São Paulo (2020). Secretaria Municipal da Saúde. Coordenação da Atenção Primária à Saúde. Protocolo para o atendimento de pessoas transexuais e travestis no município de São Paulo, Secretaria Municipal da Saúde|SMS|PMSP, 133p. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/Protocolo_Saude_de_Transexuais_e_Travestis_SMS_Sao_Paulo_3_de_Julho_2020.pdf>.
- Silva, L.K.M *et al* (2017). Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. *Physis: Rev Saúde Coletiva*, v. 27, p. 835-46. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/physis/2017.v27n3/835-846/>>.
